



SESSÃO TEMÁTICA Nº 03 - AÇÃO PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO: PROCESSOS E NOVOS APORTES

APRENDIZAGEM TRANSFORMATIVA EM PROCESSOS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS PÚBLICOS: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DO PRINAGEM NA UFLA

Larissa Antunes Zanotti/ Universidade Federal de Lavras
Maria Virginia Martins Mattar/ Universidade Federal de Lavras
Renato Silvério Campos/ Universidade Federal de Lavras
Gustavo Costa de Souza/ Universidade Federal de Lavras

Resumo

O Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – PRINAGEM da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP) apresenta uma proposta de desenvolvimento de atividades e projetos relacionados a uma assessoria técnica à gestão municipal mediante a interrelação entre a comunidade acadêmica e agentes públicos municipais. Estudantes do curso de Administração Pública são enviados a municípios mineiros para desenvolver atividades de gestão, assessoria, diagnósticos, estudos, dentre outras atividades. Mais do que uma assessoria técnica, esse processo possui também um viés social e político, ao passo que envolve a interação entre diferentes atores sociais com vistas a resolver problemas públicos municipais. No ano de 2020, diante da pandemia de COVID-19, o Programa passou a ser desenvolvido na modalidade remota e, além disso, foi firmado um acordo de mútua cooperação com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), que passou a colaborar com o PRINAGEM. Este trabalho tem como objetivo promover uma avaliação das implicações do programa sob a perspectiva dos atores envolvidos, a fim de debater e analisar as experiências acumuladas sob uma perspectiva pós-positivista (FISCHER; FORESTER, 1993; FISCHER; GOTTWEIS, 2012) e experimentalista (ANSELL, 2011) dos problemas públicos. A metodologia consistiu na análise de dados coletados a partir de questionários estruturados aplicados aos atores envolvidos na 9ª e 10ª edição do PRINAGEM. A pesquisa possui caráter qualitativo e foi executada mediante a análise descritiva e interpretativa dos dados coletados e pela observação participante das autoras, além do embasamento teórico a partir de pesquisa bibliográfica. Logo, os dados empíricos trazidos evidenciam um quadro valorativo e significativo aos atores envolvidos nesse processo de aprendizagem coletiva.

Palavras-chave: Gestão Municipal. Aprendizagem Transformativa. Análise Interpretativa de Políticas Públicas. Pós-positivismo. Extensão Universitária.

1. INTRODUÇÃO

O Prinagem é um programa de extensão universitária que objetiva enviar estudantes de Administração Pública para desenvolverem atividades de gestão, assessoria, desenho de processos e análise de políticas públicas nos municípios designados e, sobretudo, atuar colaborativamente com as prefeituras municipais do interior do estado de Minas Gerais juntamente à servidores técnicos, secretários e prefeitos. Tal ação mobiliza servidores técnicos, pesquisadores docentes e discentes de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (UFLA, Brasil) e da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (FJP, Brasil),

O presente trabalho apresenta-se a partir de um desenvolvimento teórico e interpretativo, trazendo uma perspectiva analítica das implicações do Prinagem sob a ótica dos atores envolvidos, a fim de discutir e analisar reflexivamente as experiências acumuladas à luz da concepção de investigação reconhecida como uma prática social implicada repleta de significados e mediada por construções sociotécnicas (FISCHER, 2016).

A complexidade vigente nas dinâmicas atuais da realidade permeadas por inúmeros desafios sociais exige, cada vez mais, formas multidimensionais de ações (ANDION, 2021, no prelo) mediante a fundamental articulação entre diferentes atores e perspectivas em torno das situações enfrentadas. Sendo assim, o curso de um problema público orienta uma série de engajamentos e ações coletivas ao seu redor, gerando preocupações comuns (CEFAÏ, 2009) e, sobretudo, visando o bem público através de processos experienciais, cooperativos e deliberativos.

Objetiva-se, a priori, identificar como os processos e ações colaborativas e intervencionistas mediante a articulação de diferentes atores podem contribuir com a resolução de problemas públicos, bem como, corroborar um cenário de aprendizagem coletiva. Logo, buscou-se avaliar de forma crítica e interpretativa o compilado de experiências e contribuições trazidas pelo Prinagem mediante uma perspectiva de co-construção de conhecimentos acerca dos processos de políticas públicas mediante um cenário cooperativo entre diferentes atores e perspectivas.

Em primeiro plano, é feito um delineamento do escopo do programa, seu contexto e objetivos, bem como suas etapas e procedimentos durante a execução. Por conseguinte, apresenta-se o marco teórico, no qual propõe-se um embasamento bibliográfico acerca de concepções intrínsecas ao objetivo proposto no estudo, objetivando, assim, associar tais premissas ao viés analítico-reflexivo trazido acerca do programa em questão. Em terceiro lugar, há o aporte metodológico qualitativo realizado para avaliar as experiências e impactos trazidos à luz da experiência dos atores. Posteriormente, evidencia-se a discussão dos resultados trazidos através de uma análise descritiva e interpretativa dos dados, ancorada

pela discussão teórica em questão. Por fim, pontua-se as conclusões obtidas no estudo através do aporte bibliográfico e das análises crítico-interpretativas efetuadas.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PRINAGEM

Diante da importância de se aproximar diferentes atores sociais para a resolução de problemas públicos, bem como fortalecer a gestão municipal, o Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal - PRINAGEM foi implementado no ano de 2016 pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP) e apresenta uma proposta de desenvolvimento de atividades e projetos relacionados a uma assessoria técnica à gestão municipal mediante a interrelação entre a comunidade acadêmica e agentes públicos municipais, como servidores técnicos, secretários, prefeitos, etc. Nesse viés, o programa de extensão universitária objetiva enviar estudantes do curso de Administração Pública para permanecerem por um período de três a quatro semanas nos municípios designados desenvolvendo atividades de gestão, assessoria, processos e análise de políticas públicas. O Prinagem atualmente está em sua 11ª edição, até hoje estiveram envolvidos no Programa cerca de 68 municípios de Minas Gerais, 181 discentes do curso de Administração Pública e 16 docentes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019). Nessa lógica, a extensão universitária busca promover uma troca de saberes e vivências entre a comunidade acadêmica e a gestão municipal.

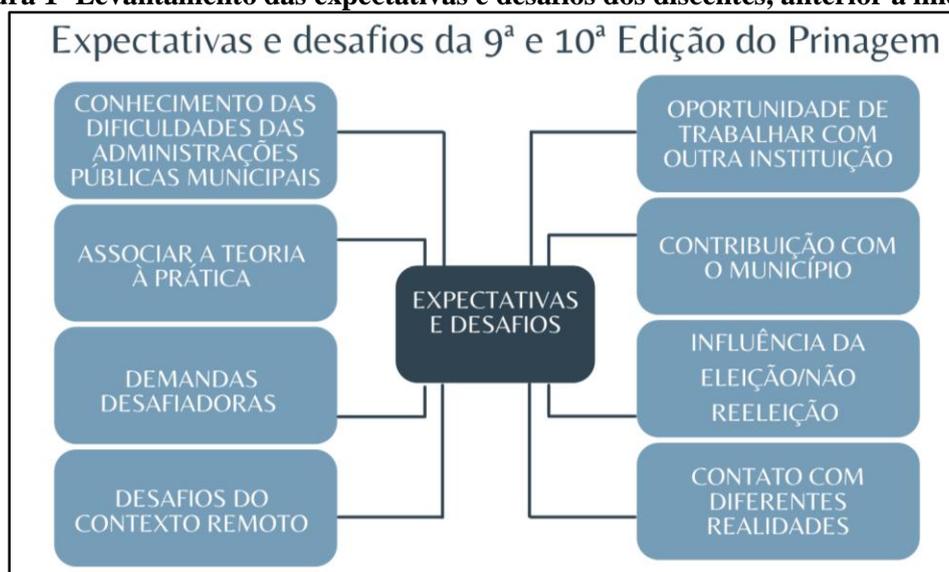
A assessoria técnica relatada consiste em um suporte em ações de planejamento, gestão e processos de políticas públicas, podendo citar como exemplo o estudo e proposição de melhorias de serviços, oficinas para servidores, secretários e conselheiros municipais; apoio à elaboração de leis orçamentárias e planos municipais; diagnóstico, mapeamento e proposição de melhorias de processos – licitação e compras, convênios e gestão de estoques; diagnóstico da Gestão Municipal; aprimoramento dos fluxos de trabalho internos e dos serviços oferecidos à sociedade; elaboração de materiais instrucionais e cartilhas de orientação para servidores públicos municipais e comunidade atendida; carta de serviços das prefeituras para atendimento à população; dentre outros. Sendo assim, evidencia-se que junto com os demais atores, os administradores públicos podem examinar com mais eficiência como eles lidam com os problemas, consideram os dados e se comunicam (ANDION, 2021, no prelo), bem como avaliar os próprios serviços oferecidos à sociedade, visando, assim, aprimorá-los.

Em um primeiro momento, os municípios selecionados são consultados para apresentar suas demandas. Posteriormente, a partir da interação entre poder público e a respectiva equipe de extensão, há um diálogo no sentido de definir se as demandas inicialmente apresentadas serão mantidas ou sofrerão mudanças, uma vez que cada ator envolvido nesse processo possui uma perspectiva distinta acerca dos problemas apresentados. Sendo assim, a atividade está associada a uma perspectiva de investigação social, na qual, segundo Fischer (2016), envolve construções sociotécnicas e apresenta

julgamentos sociais, práticas e significados. Nesse sentido, a partir do diálogo entre as partes envolvidas, são colocadas em prática uma série de atividades com vistas a resolver os problemas identificados.

O cronograma das atividades consiste em uma etapa anterior à imersão, em que são realizadas reuniões de alinhamento e um pré-diagnóstico, para que os alunos possam conhecer a realidade do município e da gestão com a qual irão trabalhar. Em seguida, já na 1ª semana os alunos entram em contato com a dinâmica e processos dos órgãos e secretarias do respectivo município, e assim é feito um planejamento do cronograma das atividades. Por conseguinte, a 2ª semana é reservada para o desenvolvimento das atividades pactuadas, como a elaboração de diagnósticos, oficinas, etc. Logo, na 3ª etapa acontece o encerramento das atividades propostas, elaboração do relatório final que deverá ser entregue à administração municipal e, por fim, a pós-imersão, na qual os alunos elaboram a redação de um relato de experiência e apresentam-no no evento de trocas de experiências, que conta com a participação de todos os envolvidos no Programa, desde secretários municipais, prefeitos, até os reitores e/ou coordenadores das instituições de ensino envolvidas. Os produtos gerados nesse processo consistem em: Pré-diagnóstico; Plano de Ação; Relatórios semanais; Relatório final; Questionário de feedback e Relato de experiência.

Figura 1- Levantamento das expectativas e desafios dos discentes, anterior à imersão:



Fonte: Elaborado pelas autoras.

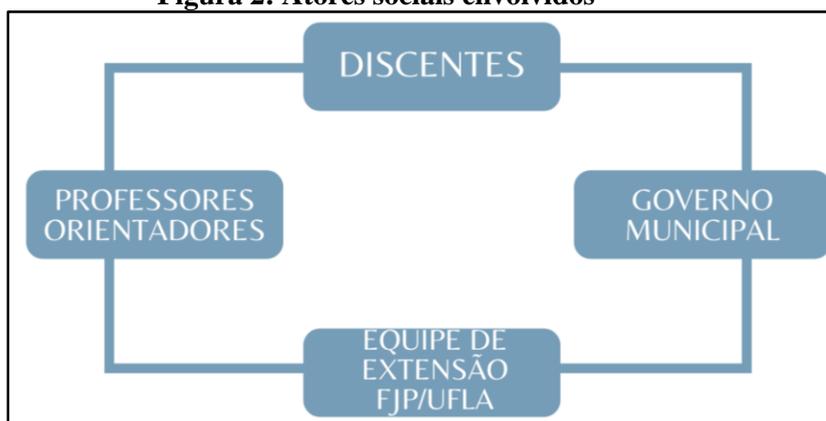
No ano de 2020, diante da pandemia do COVID-19, o programa passou por uma reformulação. Em sua 9ª edição e nas demais subsequentes as atividades passaram a ser desenvolvidas no formato remoto, o que por um lado constitui um novo desafio, mas por outro permite maior capilaridade e interação entre universidade, organizações públicas e sociedade civil. Nesse contexto, o Prinagem

passou a requisitar dos representantes municipais e demais participantes acesso à internet e conhecimento básico em plataformas digitais como WhatsApp, Google Meet, Google Drive e E-mail. Sob essa conjuntura, houve a realização de um acordo de mútua cooperação entre as instituições de ensino EG/FJP e a Universidade Federal de Lavras (UFLA) para o desenvolvimento de projetos de extensão, ensino e pesquisa, o que possibilitou a participação de docentes e discentes da UFLA no PRINAGEM.

Nessa lógica, pretende-se explorar meios para que a cooperação iniciada a partir do PRINAGEM ramifique em novas oportunidades para o desenvolvimento de iniciativas de longo prazo de aprendizagem cooperativa, que promovam a troca de experiências, a co-construção de conhecimentos, aliando teoria e prática nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A formulação da agenda do Prinagem enquanto um projeto de extensão vinculado à análise de políticas públicas surge de uma interação, implementação e avaliação pelos atores envolvidos, sendo estes: representantes discentes, colegiado do curso de Administração Pública, docentes, prefeituras e parceiros. Dada a interação entre diferentes atores, essas etapas deixam claras as características de multiatorialidade do PRINAGEM, na qual dá suporte às arenas discursivas e deliberativas em sociedades democráticas (BOULLOSA,2020), conforme ilustra a figura 2 a seguir:

Figura 2: Atores sociais envolvidos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nessa ótica, o Prinagem pode ser considerado uma intervenção pontual, que coloca em pauta diferentes perspectivas de professores, estudantes, pesquisadores, nos quais carregam o olhar de uma comunidade epistêmica, bem como perspectivas dos servidores técnicos. Sendo assim, comunidades civis e autoridades públicas interagem uns com os outros, criando constelações de experiências, discursos e ações que se associam e se equilibram, se conjugam e se opõem (CEFAÏ, 2017) mediante processos cooperativos acerca dos problemas públicos, através da chamada investigação pública, na

qual segundo Dewey (1956), diferentes atores sociais co-produzem conhecimentos mediante a experimentação da realidade em um processo de inquirição sistemática.

3. EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta seção, serão apresentados conceitos e ideias relevantes acerca dos processos colaborativos de aprendizagem associados à lógica do Prinagem. A princípio, apresenta-se importantes concepções sob um enfoque pós-positivista referentes a tais processos de co-construção de conhecimentos, bem como a questão analítica das políticas públicas sob um viés crítico. Posteriormente, situa-se um acervo de ideias acerca da experiência e suas diversas faces associada à ação pública à luz de ideais pragmatistas.

3.1. *Conhecimento e Investigação sob o Viés Crítico Pós-positivista e Experimentalista*

Diante da latente necessidade de produzir respostas efetivas aos complexos problemas públicos existentes na sociedade, faz-se necessária, segundo Fischer (2016), uma compreensão discursiva de investigação social, mediada por construções sociotécnicas e considerações de contextos específicos. Nessa lógica, o enfoque pós-positivista situa a investigação científica em um quadro repleto de valores e significados, na qual estão envolvidas concepções sociais e práticas de diversos atores.

Sendo assim, ressalta-se a relevância de perspectivas concorrentes de diferentes grupos baseados em diferentes quadros ideacionais, tipos de formação, experiência de investigação e capacidades perceptivas (FISCHER, 2016), os quais co-produzem, assim, concepções válidas e ações sobre determinados fenômenos e situações. Dessa forma, sob a lógica pós-positivista, o conhecimento pode ser obtido através de diferentes dispositivos e elementos cognitivos que interagem de forma discursiva e levando, assim, à relevantes debates mediante um compilado de pontos de vistas diferentes e, favorecendo, assim, um cenário que induz um processo de aprendizagem, a disseminação de novas ideias, bem como a flexibilidade para novas estratégias adaptáveis (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012). Tal processo interativo de deliberações produz novos entendimentos em um processo denominado como uma "conversa de aprendizagem" (FISCHER, 2016), no qual os horizontes são ampliados mediante um diálogo coletivo.

No que concerne à análise de políticas públicas, a ótica pós-positivista ressalta a importância da vertente discursiva desta, na qual, segundo Fischer (2016), as conclusões e resultados sócio-científicos são vistos como argumentos, na denominada "virada argumentativa". Nessa lógica, evidencia-se um relevante processo de significação dos dados obtidos em quadros de valores mediante a interrelação estabelecida entre dados empíricos, convicções interpretativas presentes no processo, as situações específicas de determinado contexto e, por fim, as conclusões desse processo (FISCHER,

2016) e, assim, as avaliações devem assegurar a promoção de uma reflexividade estimuladora nos relevantes processos de posicionalidade dos atores (BOULLOSA, 2020) nos fluxos de políticas públicas, reforçando uma dinâmica interacional, argumentativa e crítica. Desse modo, também propõe-se assegurar como tais considerações obtidas podem ter pertinência e serem aplicadas em uma realidade específica.

A esfera deliberativa de análise de políticas públicas na perspectiva pós-positivista amplia sua finalidade analítica para além da eficiência técnica das organizações de governo, a fim de incluir uma avaliação das demandas e interesses de uma comunidade política mais ampla (FISCHER, 2016). Assim, a interação entre autoridades públicas e atores sociais é central nas políticas públicas (LASCOURMES; LE GALÈS, 2012), a fim de que possam agir segundo os objetivos discutidos e deliberados coletivamente, assegurando, assim, a potencialidade desses atores nos processos de políticas públicas através da mobilização de recursos e coordenação das dinâmicas interacionistas.

Dessa forma, ressalta-se a relevância da presença de diferentes atores no processo de implementação e avaliação de políticas públicas, a fim de alcançar interesses coletivos mais abrangentes e exercer uma influência mais incluyente e democratizante nesse processo mediante a utilização de abordagens participativas desde o início dos processos avaliativos (TANAKA, 2021). Logo, deslocar-se para fora das dinâmicas de análise para observá-las mediante novas estruturas permite, segundo Fischer (2016), expandir o número de perspectivas relevantes, uma vez que o investigador ultrapassa os limites de suas próprias experiências, suposições e expectativas e, assim, tal complementaridade pode ser fundamental no êxito dos processos de intervenção sobre os problemas.

3.2 Ação e Experiência nas Arenas Públicas

Uma arena pública diz respeito a um espaço de discussão, cooperação e confrontação, no qual os membros representantes de uma determinada comunidade mobilizam-se acerca de uma situação problemática (CEFAÏ, 2017) e são ordenados pelo interesse público. Nessa lógica, em tais arenas os atores interagem, investigam e deliberam, a fim de controlar essas situações problemáticas, através de melhores e abrangentes informações, bem como através da escolha adequada dos recursos e dispositivos de intervenção em determinado contexto. Evidencia-se, portanto, uma mobilização coletiva, na qual segundo Cefai (2017), surge quando os membros de uma coletividade, sentindo-se concernidos, de forma direta ou indireta, por uma situação com que se deparam, se dispõem para uma ação conjunta, a fim de tentar resolver tal contexto problemático.

Sob essa concepção, considera-se as potencialidades das diversas formas de interação social e de ação que compõem as comunidades e que, sobretudo, proporcionam oportunidades de experimentar soluções alternativas para problemas complexos (ANDION, 2021, no prelo), possibilitando, ao mesmo

tempo, a aprendizagem coletiva mediante tais associações cooperativas. Além disso, as arenas públicas, efetivadas por associações, argumentações e posicionamentos, possuem a comunicação como vetor fundamental de tal cooperação entre os atores, na qual qualquer ação que se oriente acerca da transformação da dinâmica pública deve recorrer a formas e a conteúdos de raciocínio, diálogo e argumentação (CEFAI, 2017) e, portanto, propõe-se reconhecer e considerar as características específicas dos ambientes, as linguagens adequadas e o público envolvido.

Nessas arenas emergem as ações coletivas, nas quais são orientadas mediante aquilo que provoca interesse nos protagonistas por tais, ou seja, o que os faz se envolverem e o sentido que agregam em determinadas ações. Logo, é profícuo, portanto, assegurar a pertinência dos atores em seus contextos de experiência (CEFAI, 2009), a fim de que as ações públicas possam ser interpretadas a partir de seus quadros de significados e valores e, sobretudo, mediadas por processos cooperativos efetivos de investigação e deliberação. Sendo assim, a investigação pública permite que diferentes atores de um meio democrático co-produzam conhecimentos a partir da experimentação da realidade (ANDION, 2020), a fim de solucionar problemas públicos.

Diante desse processo cooperativo e das oportunidades de ação nos espaços públicos, os atores, segundo Cefai (2017), remodelam suas perspectivas e critérios de compreensão e alargam seus horizontes de inteligibilidade e gerando, assim, um campo de experiência coletiva. Sendo assim, segundo Dewey (1993), a experiência coletiva tem valor de uma operação de prova, na qual ela transforma, de forma simultânea, a situação que é submetida à prova e os indivíduos a ela submetidos e, pode-se dizer, portanto, que os atores são suscetíveis às dinâmicas dos meios que estão inseridos e, concomitantemente, têm influência sobre tais mediante a capacidade de ação sob as realidades com as quais se deparam. Nessa perspectiva, a experiência é vista como troca interacional, na qual, segundo Cefai (2017), concerne às interações com os outros e com as coisas, através de processos cooperativos e de comunicação, onde tais procedimentos podem, muitas vezes, representar verdadeiras deliberações mediante tal intercâmbio de perspectivas e experiências.

A experiência vincula-se, portanto, às potencialidades dos indivíduos que são passíveis de transformação através das mais diversas interações e operações efetuadas com o meio. Desse modo, quando os atores indagam e mobilizam em conjunto em função de determinados resultados esperados, há uma indução à formação de uma experiência comum, na qual, conforme Cefai (2017), diz respeito às preocupações comuns acerca dos problemas públicos que levam à atividade coletiva, a fim de reordenar e modificar determinadas situações e, sobretudo, intervir mediante novos mecanismos de percepção e ação mediante tais associações e ampliação dos repertórios de experiência.

Sob essa perspectiva, o pragmatismo, segundo Ansell (2011), se caracteriza como uma filosofia abrangente, que engloba a lógica, a epistemologia, estética, teoria política, psicologia, educação e outros

tópicos. Em suma, pode ser descrito como uma filosofia de aprendizagem evolutiva, que enfatiza a capacidade de indivíduos e comunidades para melhorar seus conhecimentos e resolução de problemas por meio de uma investigação contínua, reflexiva, e também através da deliberação e experimentação. Não obstante, o experimentalismo se refere amplamente a um processo de aprendizagem a partir da experiência de outros, isto é, um aprendizado ativo através da descoberta e da experiência, e com o crescimento interativo do conhecimento. Não se trata de experiências aleatórias e controladas, mas sim ideias experimentadas (ANSELL, 2011).

Assim, emerge a concepção de “inteligência cooperativa”, na qual, conforme Dewey (2003), embasa, distribui e caracteriza a experiência dos atores, orientando, assim, os modelos de engajamento nas ações coletivas e, sobretudo, perpetuando as demandas da vida dos públicos. Logo, as ideias compartilhadas geradas nesses contextos de experiência possibilitam os significados e prerrogativas que induzem as pessoas para a ação e para o engajamento individual em causas coletivas (FISCHER, 2016). Nessa perspectiva, os efeitos dessas associações coletivas são percebidos e, assim, segundo Dewey (1927), geram um interesse comum, no qual os membros envolvidos são afetados de forma direta ou indireta pelas consequências da conduta dos demais no meio coletivo, culminando, portanto, em um esforço significativo para buscar resultados efetivos, dado que esses são considerados um bem compartilhado por todos.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Partindo do pressuposto que as articulações da experiência fazem, segundo Cefai (2017), que os atores estejam diante de situações que têm uma influência sobre eles, a pesquisa se serviu de dados coletados a partir de questionários estruturados aplicados aos atores envolvidos na 9ª e 10ª edição do PRINAGEM, sendo eles discentes, docentes e servidores técnicos dos municípios participantes, para o levantamento de demandas e experiências das 9ª e 10ª edições realizadas entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021. Dessa forma, propõe-se uma inspiração acerca do aporte metodológico da aprendizagem transformativa, na qual segundo Fischer (2012), reconhece a experiência intrínseca a um contexto socio-cultural repleto de significados e interpretações. O fortalecimento de redes, além do envolvimento de diferentes públicos, especialistas e leigos em uma constante reflexividade corroboram com o aprendizado social e experiências de experimentação democrática (ANDION, 2021, no prelo). Nessa lógica, a pesquisa possui caráter qualitativo e foi executada mediante a análise descritiva e interpretativa dos dados coletados e pela observação participante das autoras, além do embasamento teórico a partir de pesquisa bibliográfica.

Os dados obtidos a partir dos questionários tornaram, portanto, plausível a análise empírica da experiência do Prinagem: a) pelo aspecto institucional: os resultados obtidos, impactos gerados,

possibilidades de melhorias, aperfeiçoamentos, inovações, e oportunidades de aprofundamento e estreitamento das parcerias; b) pelo aspecto da formação: os limites e desafios da inserção de estudantes em atividades de extensão, a capacidade do curso de responder às demandas da prática da administração pública, os primeiros impactos da curricularização da extensão universitária na formação de estudantes, os impactos na formação profissional; c) pelo aspecto social: as contribuições oferecidas às prefeituras municipais, os desdobramentos das intervenções realizadas e outras possibilidades de colaboração; e d) pelo aspecto teórico/prático: implicação dos atores acadêmicos na observação e proposição de resolução de problemas em arenas públicas. Dessa forma, busca-se considerar a multiplicidade de perspectivas e dinâmicas que incidem sobre um fenômeno (FISCHER, 2016) em um determinado contexto.

Participaram da 9ª, 10ª e 11ª edição do Prinagem 29 municípios do interior do estado de Minas Gerais, entre eles: Abaeté, Água Boa, Andradas, Bom Despacho, Carrancas, Congonhas do Norte, Conquista, Felício Dos Santos, Ibituruna, Ijaci, Imbé de Minas, Itutinga, Lagoa Dourada, Lavras, Leandro Ferreira, Luminárias, Nepomuceno, Novo Oriente de Minas, Oliveira, Paraguaçu, Pavão, Pedra Bonita, Piranga, Rio Preto, São Tiago, Santa Bárbara, Santo Antônio do Amparo e Santo Antônio do Itambé. Embora sejam municípios de pequeno e médio porte, os níveis de estruturação são bem distintos, entretanto, todas essas gestões municipais têm enfrentado desafios que se intensificaram no contexto da pandemia, o que reforça a importância do viés prático e intervencionista do Programa.

Quadro 1 – Caracterização socioeconômica dos municípios participantes das edições 9, 10 e 11- Prinagem.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA [2020] - PESSOAS	DENSIDADE DEMOGRÁFICA [2010] - HAB/KM ²	SALÁRIO MÉDIO DOS TRABALHADORES FORMAIS [2018] - SALÁRIOS MÍNIMOS	POPULAÇÃO OCUPADA [2018] - %	PIB PER CAPITA [2018] - R\$	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) [2010]	MORTALIDADE INFANTIL [2019] - ÓBITOS POR MIL NASCIDOS VIVOS	ÍNDICE DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA [2010]
ABAETÉ	23.250	12,49	1,7	19,8	21.286,43	0,698	8,44	0,5510
ÁGUA BOA	13.523	11,51	1,5	7,4	10.181,74	0,576	12,9	0,5018
ANDRADAS	41.396	79,40	1,9	26,3	21.690,12	0,734	14,96	0,4464
BOM DESPACHO	51.028	37,28	1,8	24,9	26.205,17	0,750	12,48	0,4933
CARRANCAS	4.049	5,42	1,7	14,6	20.620,54	0,725	63,83	0,5429
CONGONHAS DO NORTE	5.046	12,39	1,7	6,9	7.999,10	0,568	23,26	0,4990
CONQUISTA	6.969	10,55	2,4	20,2	47.796,50	0,729	Indisponível	0,4478
FELÍCIO DOS SANTOS	4.704	14,38	1,6	8,8	8.978,18	0,606	Indisponível	0,4627
IBITURUNA	2.996	18,72	1,8	11,9	12.673,45	0,675	Indisponível	0,4244
IJACI	6.610	55,67	2,6	25,1	43.726,88	0,714	11,24	0,4174

IMBÉ DE MINAS	6.940	32,65	1,3	7,2	9.108,61	0,553	37,04	0,4439
ITUTINGA	3.768	10,52	1,8	14	30.465,33	0,727	45,45	0,5592
LAGOA DOURADA	13.063	25,71	1,7	12,3	17.148,18	0,676	Indisponível	0,5345
LAVRAS	104.783	163,26	2,6	28,2	25.458,79	0,782	10,3	0,5103
LEANDRO FERREIRA	3.226	9,10	1,9	13,0	12.418,30	0,710	Indisponível	0,4631
LUMINÁRIAS	5.438	10,84	1,5	13,5	16.610,24	0,678	17,86	0,4085
NEPOMUCENO	26.826	44,17	1,7	13,0	17.122,86	0,667	Indisponível	0,4488
NOVO ORIENTE DE MINAS	10.778	13,69	1,6	6,2	8.641,84	0,555	Indisponível	0,5621
OLIVEIRA	41.840	43,98	1,7	23,4	20.643,57	0,699	11,34	0,4580
PARAGUAÇU	21.605	47,71	1,6	22,7	21.912,21	0,715	Indisponível	0,4196
PAVÃO	8.419	14,29	1,7	6,6	8.360,89	0,627	11,49	0,5296
PEDRA BONITA	7.128	38,37	1,6	4,9	9.390,05	0,573	9,01	0,5082
PIRANGA	17.634	26,16	1,8	7,2	9.175,87	0,600	27,03	0,5215

RIO PRETO	5.485	15,20	1,4	12,5	9.625,22	0,679	26,32	0,5295
SÃO TIAGO	10.960	18,45	1,6	17,7	15.526,40	0,662	Indisponível	0,4477
SANTA BÁRBARA	31.604	40,75	2,5	20,3	26.833,95	0,707	7,67	0,4839
SANTO ANTÔNIO DO AMPARO	18.613	35,48	1,8	13,1	15.431,54	0,672	4,72	0,4365
SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ	3.799	13,52	1,7	7,8	9.201,70	0,558	21,28	0,4796

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IBGE Cidades.

Nesse sentido, foram analisadas as demandas dos municípios e a efetividade da intervenção dos atores envolvidos no processo mediante as experiências relatadas, à luz de diferentes quadros ideacionais, tipos de formação, experiência de investigação e capacidades perceptivas (FISCHER, 2016) e, assim, trazendo novas construções a partir da fundamental interação interpretativa de diferentes pontos de vista.

Desse modo, são produzidos novos entendimentos em processo denominado “conversa em aprendizagem”, no qual segundo Fischer (2016), perspectivas concorrentes e grupos alternativos baseados em diferentes formas de racionalidade podem co-construir ricos conhecimentos acerca de um determinado fenômeno através de um horizonte heterogêneo de diálogo mútuo e engajamentos.

Buscou-se focalizar nos processos de investigação pública e experimentação democrática, uma vez que tais abordagens podem ser frutíferas para a análise de políticas públicas e sua governança, dada a importância na tomada de decisões e o envolvimento na solução de problemas, além da construção e implementação concreta das políticas (ANDION, 2021, no prelo).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscou-se analisar a experiência das primeiras edições do Prinagem na UFLA a partir de um quadro conceitual bem definido: a “inteligência cooperativa” que, segundo Dewey (2003), é o que embasa e configura a experiência dos atores, bem como dirige as modalidades de engajamento na ação coletiva. Logo, os atores aparecem nas arenas públicas e interagem visando o bem público diante da pluralidade do que provoca o “interesse” em uma ação coletiva (CEFAÏ, 2009) e, sobretudo, se transformam mediante processos de cooperação e comunicação.

Nessa perspectiva, a ação coletiva origina critérios de experiência que permitem que seus atores se orientem e compreendam o que fazem e, portanto, determina-se a pertinência dos atores em seus contextos de experiência e o sentido que agregam a suas ações. Nessa lógica, tais atores controlam as situações com que têm que lidar, mediando processos de investigação, de experimentação e deliberação (CEFAÏ, 2009). Por conseguinte, a ação coletiva pode ganhar uma amplitude maior e afetar pessoas distantes daquelas que são diretamente tocadas (DEWEY, 2003), levando a uma mobilização comum acerca dos problemas públicos.

Dessa forma, evidencia-se uma síntese analítica e reflexiva acerca das experiências dos atores envolvidos na 9ª e 10ª edição do Programa, conforme a premissa crítica pós-positivista em que os dados devem ser situados em um quadro interpretativo que lhes dá sentido (FISCHER, 2016). Os atores retratados nos quadros são: discentes extensionistas, docentes orientadores da FJP e UFLA e servidores municipais, respectivamente.

Quadro 2: Experiência dos Discentes - 9ª e 10ª Edição do Prinagem

EXPERIÊNCIA	ANÁLISE CRÍTICA-INTERPRETATIVA
"A participação e comunicação entre futuros administradores (as) públicos e gestores públicos atuantes é muito significativa no processo de construção de melhorias na gestão municipal. (...) Nesse sentido, profissionalizar administradores públicos é de suma importância para construir uma gestão pública que consiga atrelar a teoria e a prática em sua vivência no setor público"	A interação e comunicação entre equipe técnica e o poder público é vista como primordial para o avanço das melhorias propostas. Os alunos estavam em busca da percepção dos administradores que vivem a prática no dia-a-dia das prefeituras, de modo a associá-la com a bagagem teórica adquirida na Universidade, bem como buscaram demonstrar, sobretudo, outras formas de abordar os problemas existentes.
<p>"Foi positivo por unir pontos de vista e experiências diferentes"</p> <p>"Essa interação entre estudantes sempre traz novos ensinamentos e experiências."</p>	As trocas de experiências foram caracterizadas como enriquecedoras para o processo de aprendizado. Para além da resolução das problemáticas apresentadas pelos municípios, pode-se afirmar que os alunos tinham como expectativa o contato com diferentes percepções, sejam elas dos gestores públicos ou alunos de outra Instituição de Ensino Superior (IES). Assim, diferentes pontos de vista e saberes foram vistos como um ganho mútuo para os alunos.
"Com o projeto houve a abertura de um leque de opções para a administração pública aplicar, ampliando assim a gestão local"	Ao passo em que os discentes aprendem com a prática da gestão municipal, também possuem interesse em contribuir com a resolução dos problemas existentes nos órgãos públicos apresentando diferentes ferramentas e novas perspectivas. A interação entre o poder público e a Universidade possibilita essa troca, os alunos se preocupam em indicar opções de cursos de capacitação, oficinas, cartilhas, plataformas e outros recursos, gratuitos ou não, que muitos gestores não têm conhecimento.

Fonte: elaboração própria

A experiência na perspectiva dos discentes mostra um anseio pelo aprendizado aplicado aos problemas. De que forma a imersão na gestão municipal, bem como a interação com administradores públicos poderia se associar aos ensinamentos teóricos trazidos pela Universidade? Ficou evidente nas falas dos alunos o modo como o Programa se apresenta como uma oportunidade para explorar novos tipos de aprendizagens, acessando as práticas dos problemas públicos vividos nas realidades de secretarias e outros órgãos, contribuindo por meio da bagagem teórica adquirida no ensino superior. Em tal processo cooperativo deve-se tratar avaliativamente a multiatorialidade, na qual, de acordo com Boullosa (2021), diz respeito à compreensão e reforço da interação dos atores e a dar vida analítica às suas práticas, o que favorece contextos de discussões participativas.

Ademais, os métodos inovadores de ensino-aprendizagem e os processos subjacentes podem interferir sobre a formação acadêmico-profissional, dado que pressupõem uma postura que melhor incentiva o diálogo, os debates, as trocas de experiências e significados e, dessa forma, uma maior valorização do conhecimento prático, profissional e vivencial dos alunos (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008). Evidencia-se, portanto, um processo de co-aprendizagem entre os atores sociais

e a realização coletiva, associada ao intercâmbio de experiência, conhecimentos e significados sobre práticas e processos profissionais (GHERARDI, 1999).

Quadro 3: Experiência dos Docentes - 9ª e 10ª Edição do Prinagem

EXPERIÊNCIA	ANÁLISE CRÍTICA-INTERPRETATIVA
<p>“Dentro do contexto de dificuldades colocadas pela pandemia a orientação teve que se desenvolver remotamente. Isso facilita a organização de horários e o acesso a algumas pessoas que presencialmente poderia ser mais difícil. No entanto, a falta de contato e interação face a face limita o alcance de algumas ações bem como a troca de conhecimentos. Indiscutivelmente a relação ensino aprendizagem perde muito.”</p>	<p>O formato remoto, na visão dos docentes, dificultou o engajamento e relação mais próxima com gestores municipais, principalmente se tratando de um período pré-eleitoral. Percebe-se que os docentes se mostram preocupados com os ganhos que a experiência trará aos alunos, para além da aprendizagem técnica, as trocas de conhecimento e vivência cultural que o Programa, principalmente na imersão presencial, possibilita.</p>
<p>“Como desafio vejo a dificuldade de relacionamento com as equipes das prefeituras e limitações na imersão, devido ao formato remoto (...) Além disso, na atividade remota, a rotina não é vivenciada, o que dificulta a ideia de imersão na realidade municipal” “O contato com os alunos de graduação oxigena as ideias, inclusive trazer estudantes de outra faculdade trouxe diversidade de culturas”</p>	<p>Através do olhar dos orientadores, o foco principal do Prinagem não se trata meramente dos produtos que serão gerados, bem como as problemáticas que serão solucionadas dentro da gestão municipal, mas sim o contato com a diversidade cultural e diferentes ideias, por meio da interação com outros municípios e outra Instituição de ensino.</p>

Fonte: elaboração própria

O objetivo do Prinagem, pela ótica dos docentes, vai muito além dos produtos gerados e problemas solucionados. O programa surge como uma oportunidade para estudantes ampliarem sua visão, através da troca de ideias e o contato com diferentes realidades e culturas, e alcançarem uma compreensão mais implicada com a realidade que observam. Dessa forma, o Prinagem é também um meio de se trabalhar problemas públicos de maneira reflexiva (SCHÖN, 1983).

Quadro 4: Experiência dos Agentes Públicos- 9ª e 10ª Edição Do Prinagem

EXPERIÊNCIA	ANÁLISE CRÍTICA-INTERPRETATIVA
<p>“Foram semanas de troca de experiência , foi muito bom ver o compromisso da equipe dos alunos, além de receber o material norteando as ações que o município poderá implementar para melhorar a sua administração.”</p>	<p>A contribuição das atividades foi muito significativa à gestão municipal, especialmente diante das dificuldades de início de gestão e as particularidades enfrentadas na pandemia. As expectativas dos gestores mostraram estar ligadas ao mútuo aprendizado entre os atores envolvidos no Programa, devido a troca de experiência entre os diferentes saberes.</p>
<p>“(…) Mas a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes interferiu no resultado positivo. São estudantes que se comprometeram a fazer um estudo de forma a atender o município.” “Ficamos muito agradecidos pela parceria. As estudantes foram atenciosas e os desafios que tínhamos para superar tivemos uma contribuição muito grande. Foram acentuados de forma clara os</p>	<p>São altas as expectativas que os gestores colocam sob o trabalho desenvolvido pelos alunos. Em virtude da credibilidade das Universidades envolvidas no projeto, percebe-se que os interesses dos municípios estão diretamente relacionados à resolução dos problemas relatados, por meio de um relacionamento interpessoal com os discentes.</p>

pontos positivos e negativos que precisamos alinhar para melhorar ainda mais.”	
“Deveriam abranger a todos os municípios pequenos que geralmente possuem muita demanda e faltam pessoas capacitadas para assessorar.”	A sugestão de uma possível continuidade de parcerias, além de maior divulgação externa para a sociedade, de modo que o Programa possa abranger mais municípios de pequeno porte de Minas Gerais, reforça a confiança que os gestores depositam no trabalho desenvolvido no Prinagem.

Fonte: elaboração própria

A mútua cooperação entre a FJP e a UFLA tem sido avaliada como positiva pelos professores orientadores, alunos e demais participantes do Programa de imersão, devido aos ganhos que a troca de aprendizagem têm trazido. Sabe-se que ambas universidades são muito bem avaliadas nos indicadores de qualidade do ensino superior no Brasil, além da grande contribuição que oferecem à sociedade civil. Nesse sentido, percebe-se que os agentes públicos possuem muita confiança no trabalho desenvolvido no Prinagem, sendo assim suas expectativas são altas em relação a resolução dos problemas e o foco principal dos gestores está diretamente relacionado aos produtos finais gerados pelos alunos, como diagnósticos municipais. As expectativas se mostram ainda maiores em municípios que já haviam recebido o suporte técnico no formato presencial do programa, o que foi relatado no questionário aplicado aos professores, como uma dificuldade:

“Creio que a escolha de municípios que já haviam recebido o Prinagem na modalidade presencial há pouco tempo pode ter sido um dificultador, no sentido em que aquelas cidades já haviam recebido suporte técnico, o que pode ter 1) elevado suas expectativas e 2) criado problemas de solução mais complexa para os graduandos”

A aprendizagem transformativa permite avaliar os significados das experiências sociais. Interações mais abertas entre atores diversos permitem a (re)construção das técnicas especializadas de gestão. A partir da interação entre estes atores, podemos observar a prática interpretativa da definição do problema como uma "conversa em situação" (FISCHER; MANDELL, 2012), mediante diferentes horizontes em um diálogo mútuo. Assim, junto com outros atores, os agentes públicos podem examinar com mais eficiência como eles abordam os problemas, retratam os dados e se comunicam (ANDION, 2021, no prelo), a fim de alcançar melhores resultados e oferecer melhores serviços à sociedade.

Os dados empíricos trazem um quadro valorativo e significativo dos atores envolvidos nesse processo, nos quais são ativados, transformam e são transformados acerca do fenômeno da multiatorialidade (BOULLOSA, 2019). Desse modo, a intervenção da comunidade acadêmica nas realidades locais pode contribuir com um processo de co-construção de implementação e avaliação de políticas públicas no contexto municipal, bem como promover aprendizagens transformativas para os atores envolvidos.

Nesse contexto, emerge a concepção de “lógica informal da razão prática”, na qual, segundo Fischer (2016), examina-se qual método adequado de investigação deve ser adotado para tal processo mediante a consideração de um problema sob suas circunstâncias contextuais particulares. Logo, pode-se assimilar tal concepção à lógica do Prinagem, no qual há a presença de vários atores que apresentam diferentes concepções e entendimento acerca das demandas e realidades, evidenciados nos quadros acima onde, portanto, deve-se enfrentar de forma particular e considerar, sobretudo, os contextos socioculturais divergentes dos municípios, a fim de que os processos e ações realizados possam contemplá-los devidamente. Além disso, a deliberação prática diz respeito à multiplicidade de entendimentos de um problema e da série de métodos adequados para investigá-los. Nesse viés, evidencia-se a importante vertente multifacetada do Prinagem, na qual engloba diferentes perspectivas e atores além dos servidores e instituições da esfera meramente governamental para lidarem com as situações e problemas públicos.

A partir dos Quadros 2, 3 e 4, os quais apresentam as experiências do Prinagem por meio das perspectivas dos discentes, docentes e representantes do poder público, é possível identificar que cada um dos atores carrega diferentes tipos de formações, experiências de investigação e capacidades perceptivas. São perspectivas concorrentes, grupos alternativos baseados em outras formas de racionalidade, que fazem julgamentos válidos sobre os mesmos fenômenos (FISCHER, 2016), para o autor, o objetivo consiste em entender como elementos cognitivos diferentes interagem para formar discursivamente o que vem a ser tomado como conhecimento. Assim, a partir das análises evidencia-se que o conhecimento deriva da associação e da comunicação entre múltiplos atores em diferentes escalas espaciais e em diferentes situações vivenciadas, o que implica levar a sério operações e as capacidades discursivas, cognitivas e de ação dos atores que agem para co-produzir respostas aos problemas públicos (ANDION, 2021, no prelo).

Em face do exposto, evidencia-se que a análise acerca da articulação dos atores participantes do programa, pode associar-se à perspectiva de um procedimento pragmatista, uma vez que este considera e acompanha as experiências e perspectivas dos atores visando à resolução de problemas públicos (CEFAÍ, 2009). Além disso, os atores se sentem concernidos pelas situações confrontadas e, dessa forma, a ação coletiva produz repertórios de experiência que permitem que tais atores envolvidos compreendam o que fazem e intervêm, bem como o que a circunstância faz deles e, assim, segundo Cefai (2009), agregam sentido às suas ações e possuem pertinência em seus contextos de experiência e, portanto, se orientam para coproduzir um sentido situado. Nessa concepção, as experiências e desafios trazidos revelam que os engajamentos coletivos podem trazer resultados positivos sobre os problemas públicos e uma co-construção de conhecimento diante de tal interrelação cooperativa dos atores.

A co-aprendizagem entre os atores envolvidos pode ser evidenciada, também, a partir de relatos trazidos por docentes, discentes e gestores municipais ao portal de notícias da Universidade Federal de

Lavras. As falas trazidas reforçam a importância da interação entre os envolvidos, uma vez que se tratam de diferentes perspectivas e expectativas em relação ao Programa.

“(...) representante do poder público, reforçou que o diagnóstico e direcionamentos propostos pela equipe do Prinagem permitiram repensar formas de atuação. O órgão buscava compreender os desafios para a implementação do Ensino Remoto Emergencial, a partir da tabulação e interpretação de dados que haviam sido coletados juntos aos professores da rede municipal de ensino. “Parablenzo todos que estiveram envolvidos na iniciativa. O trabalho da equipe Prinagem nos deu um material rico, que traça o perfil dos professores da rede e aponta as principais dificuldades que poderemos encontrar com o Ensino Remoto Emergencial, apresentando também alternativas para que a administração municipal busque novas políticas públicas que favoreçam o ensino e a educação básica. Estamos muito felizes com essa parceria” (AVELAR, 2020).

Os interesses das secretarias municipais mostram-se ligados aos produtos gerados, como elaboração de diagnósticos, tabulação e interpretação de dados, com vistas a sanar os problemas focais dos órgãos públicos. Enquanto isso, determinados docentes reforçam em suas falas a importância do Programa no sentido de trazer a curricularização da extensão para o curso de Administração Pública, proporcionando uma imersão profissional aos discentes, além de perpetuar experiências colaborativas com outras Instituições de ensino e aprimorar dispositivos e processos de gestão municipal. Já outros professores, ressaltam a importância de suporte aos municípios, dado o contexto de pandemia que fragilizou ainda mais as administrações municipais.

“A docente que orientou as equipes atuantes em Lavras e Ijaci, reforçou o viés prático da iniciativa e a importância ainda maior desse suporte aos Municípios no contexto da pandemia. “As administrações municipais têm enfrentado desafios imensos nesse momento, em especial em áreas como Saúde e Educação. Então, essa contribuição que a Universidade e a Escola de Governo têm oferecido são muito importantes para a superação das dificuldades. Buscamos fazer com que os produtos tivessem uma abordagem mais prática, mais palpável e concreta, para que as sugestões possam ser atendidas pelas administrações municipais”, explicou.” (AVELAR, 2020).

Por fim, a perspectiva dos discentes, apesar dos diferentes interesses e perspectivas, mostra-se consoante às falas anteriores, haja vista que enfatiza a importância das relações interpessoais geradas pela mútua cooperação entre os diferentes atores envolvidos no Prinagem. Há, portanto, uma posição requerida de atividades segundo um fazer implicado e não meramente aplicado, no qual os atores, segundo Boullosa (2020), levam consigo uma reflexividade da própria aprendizagem e se percebem como sujeitos apoiados em quadros de valores, capazes de refletir, bem como de se reorganizar de forma crítica e indagar em conjunto acerca do contexto que os cercam e, assim, como na lógica do Prinagem, os atores podem avaliar o próprio conhecimento obtido e as ações executadas. Ademais, os desafios e

sugestões apresentados revelam a importância do constante aprimoramento e avaliação do programa, assim como novas oportunidades a serem consideradas a médio e longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face das análises expositivas e interpretativas trazidas, bem como das considerações teóricas e reflexivas, nota-se a significativa contribuição dos processos cooperativos entre diferentes atores e perspectivas para uma dinâmica sólida de co-produção de aprendizagem, a fim de responder de uma forma multidimensional e interdisciplinar aos complexos problemas públicos existentes. Nesse viés, o Prinagem, ainda que visto como uma intervenção pontual, pode representar o princípio para novas iniciativas a longo prazo, bem como impulsionar e fomentar as importantes articulações e engajamento de diferentes atores nos processos de ações coletivas com vistas à efetividade na resolução de problemas públicos. Dessa forma, o programa possibilita uma definição conjunta dos problemas, por meio do envolvimento das partes interessadas (ANSELL, 2011), isto é, a abertura de um canal de comunicação, discussão e troca entre as prefeituras municipais e a comunidade acadêmica. Favorecendo, assim, o fortalecimento de tais formas complementares de ação e interações benéficas e ressaltando, sobretudo, o importante fortalecimento de tais redes em um contexto democrático.

De acordo com Fischer (2016), o consenso é abordado através da construção discursiva de uma síntese de pontos de vista concorrentes, na qual os dados empíricos são transformados em conhecimento através da interação interpretativa. Desse modo, em abordagens que facilitam a discussão aberta e participativa como o Prinagem, emerge a lógica da aprendizagem transformativa, na qual segundo Fischer (2012), é oriunda das experiências sociais repletas de significados e potenciais de autodesenvolvimento e transformação e, assim, os atores ampliam seus mundos sociais através desses processos interativos de “reflexão em ação”.

Sob essa concepção de engajamentos plurais, pode se dizer que o problema público, segundo Cefai (2017), aumenta sua dimensão e força quando há um aumento no grau de mobilização dos múltiplos atores e recursos em seu entorno e, portanto, podendo emergir novos processos e desdobramentos. Desse modo, há uma consequente expansão a diferentes públicos e repercussão de tais problemas e podendo interferir, muitas vezes, de modo direto ou indireto, nos processos decisórios.

Embora o programa possua algumas limitações enquanto intervenção pontual no que concerne à temporalidade e sua perspectiva central mais restrita aos atores descritos, o trabalho em questão pode representar uma oportunidade reflexiva acerca de novas ações e iniciativas que possam abranger diretamente os beneficiários das políticas públicas em geral. Além disso, as análises aqui trazidas indicam o necessário fortalecimento dos hábitos democráticos e promoção de diferentes ações e espaços de interações sociais mediante vias reflexivas, ressaltando o fundamental envolvimento de diferentes públicos, especialistas e leigos (ANDION, 2021, no prelo).

Espera-se, portanto, que o presente trabalho possa inspirar novas formas de ações mais inclusivas e abrangentes através de interações mais abertas entre diferentes atores, a fim de responder de forma mais efetiva aos problemas públicos existentes. Sendo assim, propõe-se uma dimensão pedagógica nos fluxos de políticas públicas, dado que estes representam processos de construção de aprendizagem pública, na qual seu objetivo final é sempre a expansão e a consolidação democrática (BOULLOSA,2020).

Referências Bibliográficas:

AVELAR, Samara. Municípios podem receber assessoria de estudantes de administração pública – inscrições até 8/12. Notícias- Universidade Federal de Lavras, 04 de dezembro de 2020. Disponível em:<<https://ufla.br/noticias/extensao/14147-municipios-podem-receber-assessoria-tecnica-de-estudantes-de-administracao-publica-da-ufla-e-fjp-inscricoes-vaio-ate-8-12>> Acesso: 15 de julho de 2021.

ANSELL, Christopher. **Pragmatist Democracy: Evolutionary Learning as Public Philosophy**. Oxford University Press. Inglaterra, 2011.

ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela Dias; GRAEFF, Júlia Furlanetto. Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 181-200, 2020.

ANDION, M. C. M.; MAGALHÃES, T. **(Re) Aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas**. -- 2021. No prelo

BERK, Gerald et al. On Christopher K. Ansell Pragmatist Democracy: Evolutionary Learning as Public Philosophy. Oxford/New York, NY, Oxford University Press, 2011. **Socio-Economic Review**, v. 10, n. 3, p. 581-604, 2012.

BOULLOSA, R. de F. Mirando ao revés as políticas públicas: o desenvolvimento de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. **Publicações da Escola da AGU, série especial**, p. 89-105, 2019.

BOULLOSA, Rosana. Para onde tem nos levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também falar sobre avaliação em políticas públicas. **NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 427-442, 2020.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, p. 129-142, 2017.

DEWEY, J. *Logic: the theory of inquiry*. New York: Henry Holt and Company, 1956.

DEWEY, J. O público e seus problemas: em busca do público. **Biblioteca John Dewey**, 1927.

DEWEY, John. **The political writings**. Hackett Publishing, 1993.

DEWEY, John. Le public et ses problèmes [1927]. **Publications de l'Université de Pau, Farrago/Edittions Léo Scheer, Pau**, 2003.

ESCOLA DE GOVERNO; EXTENSÃO- PRINAGEM. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/prinagem/>> Acesso em: 21 de julho de 2021.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **NAU Social**, v. 7, n. 12, 2016.

FISCHER, Frank; MANDELL, Alan. Transformative learning in planning and policy deliberation. In: **The argumentative turn revisited**. Duke University Press, 2012. p. 343-370.

FISCHER, Frank; GOTTWEIS, Herbert. Introduction: The argumentative turn revisited. In: **The argumentative turn revisited**. Duke University Press, 2012. p. 1-28.

GHERARDI, S. Learning as problem-driven or learning in the face of mystery? **Organization Studies**, v.20, n.1, p.101-124, 1999.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Sociologia da ação pública. 2012.

SOUZA-SILVA, Jader C.; SCHOMMER, Paula Chies. A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 44, p. 105-127, 2008.

SCHÖN, D. **The reflective practitioner: how professionals think in action**. USA: Basic Books Inc., 1983.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi. Avaliação no contemporâneo: Dilemas e desafios. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 10, n. 1, p. 0-0, 2021.